

FORNECIMENTO: AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ANIÓNICA PARA A MISTURA COM BRITAS PARA REPARAÇÕES DE PAVIMENTOS DERIVADO DE CORTES EM TAPETES BETUMINOSOS

ENTIDADE ADJUDICANTE: MUNICÍPIO DE POMBAL

2014



Isidoro Correia da Silva, Lda
Praça José Falcão, nº 62
3220-206 Miranda do Corvo
T 239 530 030 F 239 530 039
e-mail: isidoro.lda@grupoisidoro.pt

PROPOSTA: ANEXO I

PROPOSTA – ANEXO I

1. ANEXO I

1. **ISIDORO CORREIA DA SILVA**, titular do cartão de cidadão número 1509694, válido até 02/02/2019, residente na Rua João Paulo II, em Miranda do Corvo, na qualidade de representante legal de **ISIDORO CORREIA DA SILVA, LIMITADA**, Empreiteiros de Obras Públicas, com sede social em Vale Longo - Penela, contribuinte fiscal número 500.142.459, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ANIÓNICA PARA A MISTURA COM BRITAS PARA REPARAÇÕES DE PAVIMENTOS DERIVADO DE CORTES EM TAPETES BETUMINOSOS** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) Declaração de aceitação do caderno de encargos (Anexo I)
 - b) Proposta: Declaração de Preço
 - c) Lista de Preços Unitária
 - d) Ficha Técnica
 - e) Certidão Permanente do Registo Comercial, para efeitos de verificação (em fase de análise das propostas) da validade da assinatura eletrónica dos documentos;
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
 - c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

PROPOSTA – ANEXO I

- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal
- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
- i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção Relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente



Isidoro Correia da Silva, lda

sede

Vale Longo
3230-337 Penela
t 239 550400 f 239 550409

escritórios

Praça José Falcão
Apartado 15, N.º 62
3220-206 Miranda do Corvo
t 239 530030 f 239 530039

mail

isidoro.lda@grupoisidoro.pt
web
grupoisidoro.pt

Alvará n.º 9026 Contribuinte 500 142 459 C.R.C. Penela 500 142 459 C.S. € 2.000.000,00

PROPOSTA – ANEXO I

recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Miranda do Corvo, 06 setembro 2014

IM-7.2.3.2 – F. timbrada R04 19-01-12



Isidoro Correia da Silva, lda

sede

Vale Longo
3230-337 Penela
t 239 550400 f 239 550409

escritórios

Praça José Falcão
Apartado 15, N.º 62
3220-206 Miranda do Corvo
t 239 530030 f 239 530039

mail

isidoro.lda@grupoisidoro.pt
web
grupoisidoro.pt

Alvará n.º 9026 Contribuinte 500 142 459 C.R.C. Penela 500 142 459 C.S. € 2,000,000,00